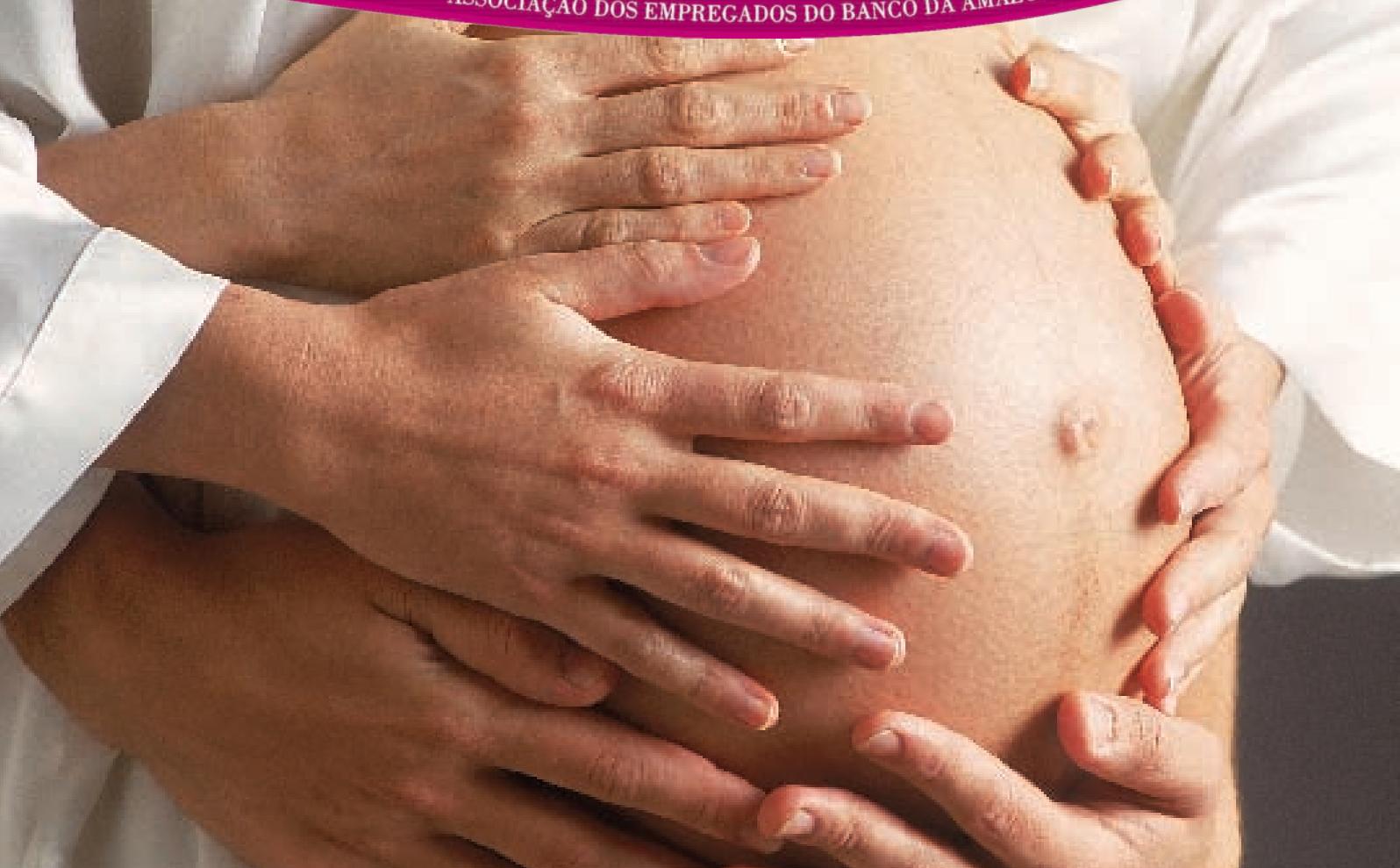




ANO XIX - Nº 240
Junho - 2009

Jornal AEBBA

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA



LICENÇA MATERNIDADE DE 180 DIAS

BANCO AINDA NÃO RESPONDEU PEDIDO DE AMPLIAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE

Banco do Brasil, Caixa e Banco do Nordeste, além de mais cinco bancos pequenos, já garantiram às suas empregadas a ampliação da licença maternidade para 180 dias, uma das grandes conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Aqui no Banco da Amazônia, o assunto já foi motivo de

solicitação formal por parte das entidades, para que a empresa também possa estar garantindo o direito às suas empregadas. Mesmo com três bancos públicos federais já estendendo o direito, o Banco da Amazônia ainda não deu resposta sobre o assunto às entidades.

◉ PÁG. 3

NESTA EDIÇÃO

ARTIGO

UMA REFLEXÃO SOBRE A PLR

◉ PÁG. 4



**CONFERÊNCIA REGIONAL
NO PARÁ ACONTECE
SÁBADO**

◉ PÁG. 2

NÃO ACEITAMOS LAMÚRIAS

Nada de choro antecipado. O sistema financeiro brasileiro continua muito bem, obrigado. Como sempre neste país, está saindo ileso da crise.

Revela a publicação (com sede nos EUA) "Economática" que, dos 143 bancos de capital aberto nos Estados Unidos e América Latina, somente 42 tiveram crescimento de lucratividade no terceiro trimestre de 2008 com relação a 2007, tendo os brasileiros a maior participação nesse contingente.

A instituição com maior lucro líquido foi o Bradesco, seguido do BB. Do Brasil, registra a referida revista entre os oficiais o próprio Banco da Amazônia (em 33o lugar).

Já no primeiro trimestre de 2009 os 50 maiores bancos do Brasil apresentaram lucro líquido de R\$ 7,5 bilhões.

Para conseguir essa façanha, os bancos estão reduzindo postos de serviço, via automação e pela maior concentração de tarefas nas mãos de menor número de empregados, como está acontecendo agora no Banco da Amazônia com a implantação de seu novo plano de negócios.

Estudo efetuado pela CONTRAF revelou que está se acelerando a redução líquida de postos de trabalho no sistema financeiro nacional, igual a 1.354 no primeiro trimestre deste ano.

O pior disso tudo é que, paralelamente a esse movimento, também está sendo reduzido o salário médio, visto que os novos ingressados recebem proventos menores do que aqueles que foram demitidos. Assim, a diferença entre os salários médios dos bancários contratados e desligados foi de 34,34%, isso porque os demitidos em sua maior parte tinham o nível superior de educação (60%).

O Banco da Amazônia prometeu, em suas demonstrações contábeis do exercício de 2008, aumentar em 140% seu saldo de operações de crédito de fomento. Ao mesmo tempo, seu novo plano de negócios enfatiza o caráter comercial da empresa. Isso tudo permite aguardarem-se resultados auspiciosos para o banco.

Após a fase FHC em que amargamos um gigantesco arrocho salarial, nada mais natural que julgarmos que a recuperação continuará a se fazer, conquanto esteja sendo feita a passos de jaboti. Como sempre as instituições representativas dos trabalhadores – a AEBA entre elas – não vai admitir nenhuma choradeira nas negociações do ACT 2009-2010. O segmento bancário nacional não foi vítima da crise – antes, foi beneficiado com as reduções dos recolhimentos compulsórios e outros atos do governo.

Estaremos, portanto, na trincheira para lutar em prol da continuidade da recuperação e também do retorno de vantagens perdidas. Nossa união vai mais uma vez chegar a resultados satisfatórios para a categoria.

Túnel do Tempo

A foto é da posse da 2ª diretoria da AEBA, no ano de 1989. Nesse tempo, a sede da Associação era localizada em uma sala do 9º andar do edifício da matriz do Banco.

Da esquerda para direita estão: Sérgio Trindade, atual presidente da AEBA, Eunice, funcionária aposentada que integra o Coral do Banco, Alexandre Rodrigues, ex-presidente da AEBA, Augusto Klautau, ex-funcionário do Banco, José Luiz D'Ávila, ex presidente da AEBA, já falecido, Augusto Barros, ex-presidente da AEBA e atual diretor do Banco, Altair Carneiro, aposentado do Banco e atual assessor da AEBA, Clever Loureiro, funcionário e diretor regional da AEBA, e Leonete Santos, ex-funcionária do Banco.



JORNAL DA AEBA

Rua Ferreira Cantão, 42 - Campina CEP: 66.017-110 - Belém - PA
Fones: (91) 3242-1766 • 3241-5628 • Fax: 3212-3574

Presidente: Sérgio Trindade
Diretoria Executiva: Sérgio Trindade, Dulce Helena Costa, Luís Paulo Amador, Roosevelt Santana Ferreira, Hailton César Paixão
Conselheiros: Ronaldo Silva, Maria das Graças Santos e José Américo

Jornalista Responsável: Camila Moreira - DRT/PA 1635
Estagiária: Lorena Palheta
Projeto Gráfico e Editoração: Osimar R. Araújo - osi_araujo@hotmail.com
Impressão: Agranell Editora, (91) 3087-1851

aeba@aeba.org.br • aeba@veloxmail.com.br •
comunicacao@aeba.org.br/secretaria@aeba.org.br/cordenacao@aeba.org.br

www.aeba.org.br



LICENÇA MATERNIDADE DE 180 DIAS

BANCO AINDA NÃO RESPONDEU SOBRE PEDIDO DE AMPLIAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE

Banco do Brasil, Caixa e Banco do Nordeste, além de mais cinco bancos pequenos, já garantiram às suas empregadas a ampliação da licença maternidade para 180 dias, uma das grandes conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Aqui no Banco da Amazônia, o assunto já foi motivo de solicitação formal por parte das entidades, para que a empresa também possa estar garantindo o direito às suas empregadas. Mesmo com três bancos públicos federais já estendendo o direito, o Banco da Amazônia ainda não deu resposta sobre o assunto às entidades.

A primeira solicitação chamando o Banco para um debate sobre a questão foi feita em março deste ano pelas entidades. Fora esse, o pedido foi retomado por mais uma vez, em carta que também cobravam questões pendentes e ainda sem respostas por parte da empresa, como cálculo do 13º salário e 1/3 de férias.

“Após isso, reivindicamos isso em mesa de negociação quando discutíamos reestruturação, mas não obtivemos resposta. Isso ficou registrado em ata. O fato de outros bancos públicos concedendo o benefício às suas empregadas já era motivo de discussão no Banco da Amazônia, que também é banco público”, diz Sérgio Trindade, presidente da AEBA.

O projeto de lei (PLS 281/05), que amplia a licença, é de autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT - CE) e foi aprovado no final do ano passado por unanimidade pela Comissão de



Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Porém, para que as mulheres gestantes gozem desse benefício é necessário que a empresa opte e concorde em conceder a licença prorrogada à sua trabalhadora, sem nenhum ônus financeiro para os patrões. Ao contrário, a empresa que aderir voluntariamente ao projeto recebe incentivos fiscais.

Órgãos públicos, empresas de iniciativa privada, bancos privados e federais também já fazem parte do Projeto Empresa Cidadã, em que a empresa poderá deduzir integralmente no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica a remuneração da empregada nos sessenta dias de prorrogação da licença.

Até o início deste ano, quando a ampliação da licença maternidade ganhou as páginas do jornal da AEBA, informações diziam que o Banco da Amazônia ainda não tinha nenhum estudo que propiciasse às suas empregadas o referido benefício.

BANCOS QUE JÁ GARANTEM A AMPLIAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE ÀS SUAS EMPREGADAS:

- Banco do Brasil
- Caixa
- Nossa Caixa
- Banco do Nordeste
- ING Bank
- VR
- Intercap
- IBI
- Banco Rendimento
- Safra (já debate a possibilidade de ampliação)

Curtas

X ENEB

Com um saldo positivo após os debates do X Encontro Nacional dos Empregados do Banco da Amazônia (ENEB), a AEBA agora trabalha nos desdobramentos do evento. A Carta do X ENEB já foi enviada para todos os sindicatos da base, entidades convidadas, federações, confederações, além de parlamentares, empresários e governo.

PESQUISA

Pesquisa feita pela AEBA, durante o X ENEB, revela que o site da Associação é o meio de comunicação da entidade mais acessado pelos associados, para obter informações do mundo bancário.

PESQUISA I

De acordo com a pesquisa, o principal interesse de quem acessa o site são as atualizações de notícias diárias. A leitura dos informativos produzidos pela AEBA e os acordos coletivos anuais também são de grande interesse dos associados.

PESQUISA II

O conteúdo do jornal e do site foram avaliados com conceito Bom pelos associados, que responderam o questionário durante a realização do ENEB.

PESQUISA III

E mais: os informativos e jornais são lidos mais pelo site do que pelo meio impresso.

Uma reflexão sobre a PLR

Após mais de dois meses de acirrados debates que levaram à aprovação pela categoria, o acordo de PLR do Banco da Amazônia foi assinado no dia 25 de maio. Entretanto, a categoria saiu dividida, pois o modelo de distribuição proposto pelo Banco, em que pese a luta das entidades sindicais em melhorar a proposta, é diferente da maioria das entidades bancárias e suscita, no mínimo, uma reflexão sobre qual a forma de distribuição mais justa de parte do lucro da empresa.

Desse modo, é correto levar em conta o salário de cada empregado ou seria uma oportunidade única de tentar minimizar a discrepância do atual modelo de remuneração da empresa que privilegia única e exclusivamente o nível gerencial?

A Lei Federal que trata de PLR não define modelo de distribuição. Apenas diz Art. 2 "a participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados...". Assim, cabe aos trabalhadores a luta desigual contra os donos do capital para uma distribuição mais igualitária.

Para o presente exercício, o movimento dos bancários, liderados pela CONTRAF,

está pesquisando um modelo que melhor contemple a categoria, em face do lucro sempre crescente dos bancos. É dado como certo a alteração do modelo FENABAN, modelo este que a direção do banco segregou, preferindo uma forma mais conservadora e demodê, discriminando a base da pirâmide.

O aprofundamento da discussão é de fundamental importância para a categoria. Não podemos aceitar sob nenhum pretexto que modelos de distribuição concebidos pelo alto escalão da empresa que, de forma corporativa, não tem o pudor de privilegiar seus bolsos e o que ainda é pior, tentam justificar suas ações da maneira mais inapropriada possível, inclusive falando em meritocracia.

Companheiros, a campanha por uma PLR mais justa começa agora. Discuta, estimule o debate em seu ambiente de trabalho e traga sugestões para o Encontro Estadual dos Bancários, que será realizado no mês de junho.



* ROOSEVELT SANTANA

* ROOSEVELT É DIRETOR DA FETEC-CN E DA AEBA

VOCÊ CONHECE SEUS DIREITOS?

AEBA PUBLICA A PARTIR DO PRÓXIMO JORNAL A COLUNA DIREITOS DO TRABALHADOR

A AEBA inaugura a partir da próxima edição do jornal a coluna 'Direitos do Trabalhador'. O objetivo do espaço é conscientizar o empregado a respeito de seus direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de alertar o trabalhador para que sempre procure orientação de um profissional habilitado, ou seja, de um advogado, em casos de demandas judiciais, antes de tomar qualquer atitude.

Pensando nisso, a AEBA, no intuito de melhor atender a todos os seus associados, disponibiliza desde 2007 justamente serviços de Assistência Jurídica em diversas áreas da esfera do Direito. Tais serviços são oferecidos pelo escritório que presta serviço a AEBA, sem o ônus dos honorários advocatícios, incluído apenas as despesas das custas processuais. O serviço abrange as áreas do Direito de Família, Trânsito, do Consumidor, do Trabalho, entre outros.

"Em muitos casos, vemos empregados agindo por conta própria, sem conhecimento jurídico embasado, o que pode levar a um desfavorecimento em ações judiciais, por exemplo. A AEBA, assim como outros sindicatos, presta esse serviço, às vezes, em parceria inclusive, aos trabalhadores. A orientação

jurídica é de fundamental importância, para que o empregado possa ser defendido dignamente e com justiça, se for o caso. Vemos casos semelhantes em processos administrativos internos do Banco, onde prazos são perdidos e empregados agem sozinhos e sem defesa", avalia Luis Paulo Amador, diretor da AEBA.

Assim, caso você esteja precisando de orientação em questões de separação conjugal, direitos da empregada doméstica, multas de trânsito e/ou demais cobranças indevidas, inclusão indevida nos cadastros restritivos de crédito, defesa em alguma ação movida contra você, guarda dos filhos, investigação de paternidade, adoção de crianças, inventário e testamento, procure a AEBA.

Se você tem alguma questão a resolver e que seja necessária a intervenção de um advogado, entre em contato com a Associação. As consultas serão marcadas pelo telefone (91) 3242 1766 ou pelo ramal 3226, na Secretaria da AEBA. Os interessados serão atendidos em horários a combinar. Dependendo de cada situação esse serviço poderá ser estendido à associados lotados nas demais localidades, fora da área metropolitana de Belém.

CONFERÊNCIA REGIONAL NO PARÁ ACONTECE SÁBADO

Esquentam neste sábado, dia 27 de junho, as discussões sobre a Campanha Nacional 2009, com a realização da IV Conferência Regional dos Bancários do Pará e Amapá. A atividade tem por objetivo contribuir para a formulação da pauta de reivindicações da categoria bancária nacional e também vai eleger delegados que participarão da 11ª Conferência Nacional dos Bancários, a ser realizada entre os dias 17 a 19 de julho, em São Paulo.

A AEBA recomenda aos empregados do Banco da Amazônia que participem dos debates com objetivo de enriquecer ainda mais pauta de reivindicações nacional. As eleições para os delegados sindicais é também muito importante para o processo de representatividade da categoria, por isso, mais uma razão para que os bancários não fiquem de fora da realização desse evento.

“É de suma importância a presença do



● Bancários reunidos na Conferência Nacional de 2008

maior número possível de empregados, para que questões específicas não só no Banco da Amazônia, mas de interesse geral também, possam estar inseridas. Muitas das questões foram debatidas e aprovadas inclusive dentro do X ENEB”, avaliou Sergio Trindade, presidente da AEBA. Entre as propostas a serem discutidas e aprovadas na Conferência está a escolha de um representante do Banco da Amazônia no Comando Nacional.

CALENDÁRIO

As definições tiradas na Conferência sobre a Campanha Salarial serão encaminhadas para a 11ª Conferência Nacional dos Bancários, a ser realizada entre os dias 17 a 19 de julho. Antes disso, os sindicatos e federações estão organizando Conferências Regionais e Encontros Estaduais em todo o país. Veja abaixo os eventos já marcados:

JUNHO

- Dia 23** - Plenária Estadual dos Bancários do ES
- Dias 25 e 26** - Conferência Interestadual da Feeb SP-MS, na Colônia de Férias da Usceesp, em Suarão/SP
- Dias 26 e 27** - Encontro Estadual Seeb Piauí
- Dia 27** - Encontro Estadual Seeb Maranhão
- Dia 27** - Encontro Estadual Seeb Pará, local a confirmar
- Dia 27** - Conferência Estadual Fetec SC, em Gravatal
- Dia 27** - Conferência Interestadual RJ e ES, no Rio de Janeiro (teatro da ACM - R. da Lapa 86)
- Dias 27 e 28** - Encontro Estadual RO, em Ji Paraná

JULHO

- Dias 03 a 05** - Conferência Regional Fetec NE, em Fortaleza

- Dia 04** - Conferência Regional BA e SE, em Salvador
- Dia 04** - Conferência Estadual Fetec SP, local a confirmar
- Dia 04** - Conferência Estadual Feeb RS, Hotel Embaixador, em Porto Alegre
- Dia 04 e 05** - Conferência Estadual da Fetec PR, Associação Banestado, na Praia do Leste
- Dias 10 e 11** - Congresso do Seeb Brasília

NACIONAIS

- Dia 16 de julho** - 2º Encontro Nacional de Comunicação da Contraf-CUT
- De 17 a 19 de julho** - 11ª Conferência Nacional dos Bancários



CONSELHO FISCAL TRABALHA PELA CASF

Em entrevista ao jornal da AEBA, após a posse, os novos membros do Conselho Fiscal da CASF, formado pelos integrantes Elita Lima Pereira (Presidente), Maria de Belém Silva Cotta, Roosevelt Santana Conte Ferreira (efetivos), José Flávio Oliveira de Albuquerque e Oduval Lobato Neto (suplentes), falaram dos primeiros trabalhos desenvolvidos a frente da CASF, suas atribuições no Conselho e a realidade financeira em que se encontra a CASF. Confira!

AEBA - Qual foi a sensação ao vencer as eleições ao assumir as atribuições do CF da CASF?

CF - Os colegas e demais associados depositaram suas esperanças neste grupo de pessoas, que voluntariamente estão dispostos a dar o melhor de si por esta causa, a nossa CASF. Não foi surpresa a dificuldade inicial para se obter as informações corretas e necessárias para se tomar pé da situação e, então, ter conhecimento fundamentado em informações e dados imprescindíveis para um bom trabalho por parte dos membros do CF.

AEBA - Mesmo com pouco tempo de gestão, o que o CF tem realizado? Já existem trabalhos?

CF - Sim, o CF está empenhado e desenvolvendo um ritmo de trabalho com duas reuniões semanais (uma na segunda-feira e outra na quarta-feira). Um fato importante a informar é que nesta gestão do CF trabalham tanto os membros efetivos como os suplentes, o que dá maior conforto e riqueza na discussão dos temas e tomadas de decisão.

AEBA - É possível listar algumas ações já realizadas pelo CF?

CF - Sim. Vejamos: inicialmente o CF traçou o planejamento de suas atividades, assim, definiu como prioridade ouvir os membros do CF anterior, os gestores das diversas áreas da CASF e, posteriormente, os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria. Também solicitou um conjunto de informações, demonstrativos contábeis, documentos outros de suma importância para

os serviços do CF. Já tivemos reunião com os membros do CF anterior e com os gestores de algumas áreas da CASF. Ainda não foi possível reunião com o Conselho Deliberativo, estamos aguardando.

AEBA - O CF tem sido atendido tempestivamente em suas solicitações?

CF - De forma tempestiva, não. Estão sendo necessárias várias reiterações e ainda estão pendentes esclarecimentos e documentos por parte da CASF.

AEBA - Pelo que o CF já tomou conhecimento sobre a situação da CASF, o que pode nos dizer? Se é que é possível.

CF - Ainda é muito cedo para se firmar alguma posição. O fato é que o CF está se aprofundando, buscando informações tanto no âmbito interno como externo, analisando e formando conhecimento sobre a real situação da CASF.

AEBA - Qual mensagem que o CF faria aos nossos associados?

CF - Em primeiro lugar de agradecimento pela confiança delegada as pessoas que constituem o CF. Em segundo, aproveitar a oportunidade para um esclarecimento, informando que o CF tem competências limitadas, portanto, possivelmente, em determinadas circunstâncias será necessário o empenho e a participação de todos. Somente assim, teremos condições de mudar de fato para melhor, recuperando o prestígio e credibilidade de nossa CASF perante seus associados e a sociedade.

Alternativas ao Projeto de Lei do Senador Aloísio Mercadante

O Senador Aloísio Mercadante (PT-SP) apresentou projeto de Lei que altera as regras de governança dos fundos de pensão. Antes de ser votado no plenário do Senado Federal, o projeto precisa ser analisado por várias comissões, num trâmite que demora alguns meses.

Dentre as mudanças propostas pelo Senador, estão:

- a exigência de que os dirigentes das entidades de previdência sejam empregados da patrocinadora e também participantes do plano de benefícios;

- estabilidade no emprego de um ano após o término do mandato dos conselheiros deliberativos e outras garantias para o exercício de mandato, no caso de entidades patrocinadas por empresas públicas;

- para diretores-executivos e conselheiros deliberativos, experiência mínima de cinco anos no exercício de atividades na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

- mantém a indicação das patrocinadoras e suprime a representação dos participantes nos conselhos fiscais, substituindo-a por indicações do órgão regulador e fiscalizador
- revoga o artigo que garante a representação de um terço dos participantes no Conselho Deliberativo das entidades patrocinadas por empresas privadas.

O presidente da Previ, Sérgio Rosa, e o diretor de Seguridade eleito da Previ e presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), José Ricardo Sasseron, estiveram reunidos com o Senador Mercadante no último dia 18 de setembro para questionar algumas das mudanças incorporadas no projeto de Lei (PLS77/09). O autor do projeto manifestou que sua intenção era alterar as regras de governança dos fundos de pensão para dar maior estabilidade na gestão dos recursos dos participantes.

“Apesar de considerarmos positiva a preocupação do Senador Mercadante com a estabilidade, isto não ficou totalmente espelhado no projeto de lei. Extinguir a representação dos participantes no Conselho Fiscal significa acabar com um instrumento fundamental de acompanhamento e fiscalização dos planos de benefícios pelos seus participantes. Exigir experiência mínima de cinco anos pode barrar a eleição de participantes com grande representatividade junto a seus pares”, avalia Sasseron. Estes e outros pontos precisam ser revistos no projeto de Lei.

Além destes pontos, a Anapar pretende discutir outros de grande importância, como o fim do voto minerva nos conselhos deliberativo e fiscal, de maneira a estabelecer maior equilíbrio entre as representações dos participantes e patrocinadoras.

Na reunião do dia 18, o Senador se dispôs a avaliar mudanças em seu projeto de Lei. A Anapar apresentará propostas de alterações, procurando contemplar as questões mais relevantes. O tema será debatido no Congresso dos Participantes de Fundos de Pensão, que será realizado nesta semana, em Salvador.